

OS JUÍZES E O SOFRIMENTO NO TRABALHO

Antônio Beneti*

No dia 20 de maio de 2010 participei, como debatedor, do I Ciclo de Estudos sobre Trabalho e Saúde Mental, em uma mesa onde foram apresentados dois trabalhos. O primeiro, “Interlocução entre Direito e Psicanálise - A experiência do Centro de Direito e Psicanálise da Escola Judicial do TRT de Minas”, de autoria da psicóloga e psicanalista da Escola Judicial do TRT da 3ª Região Judith Albuquerque. O segundo trabalho, intitulado - *Le suicide programmé du sujet au principe de l'organisation du travail*, de autoria do psicanalista francês René Fiori, presidente da *Association Souffrances au Travail e membro do L'Envers de Paris, ligado à École de la Cause Freudienne* (Paris-França).

Como debatedor, meu primeiro comentário é o de que se trata de uma mesa de trabalho composta por psicanalistas e um público formado em sua maior parte por trabalhadores do campo jurídico, profissionais e funcionários do TRT-MG, além de um público psi em menor escala.

Por que psicanalistas nesse campo?

Judith diz no início de seu trabalho: “Não é fácil ser juiz hoje!”. Partimos desse ponto para justificar a nossa primeira pontuação colocada de início, acima. A afirmação dela de haver hoje um trabalho árduo dos magistrados supõe ou afirma que era mais fácil ontem...

O que se passou? O mundo mudou! E todos na face do planeta Terra terão que se haver com isso. Inclusive magistrados e psicanalistas.

Do lado dos magistrados, nem o “semblante-toga” segura mais o exercício da autoridade legisladora, o semblante de autoridade jurídica. Do lado do analista, o “objeto silencioso, estranho a qualquer intimidade” na sessão analítica também é um semblante que não possui hoje a força de ontem. A questão é que os semblantes são operatórios, uma articulação entre o imaginário e o simbólico. Perderam poder no mundo de hoje o amor, a confiança na palavra, na amizade, no trabalho, na solidariedade e, sobretudo, o pai, na sua autoridade paterna legisladora, enquanto semblante operatório que regrava o excesso do mais de gozar do humano, nas suas relações com os homens, com a natureza e cultura.

Vivemos hoje a época dos excessos de toda ordem a comandarem os atos e o comportamento do dito ser humano. Os ideais da cultura, da civilização não comandam mais. O posto de comando agora é do “mais de gozar”. Estão aí as passagens aos atos homicidas por dinheiro, sexuais, consumo de drogas, etc. Mata-se hoje com facilidade o pai, a mãe, os avós, irmãos, o próximo, o vizinho, os filhos, se estiverem estorvando e obstaculizando o mais de gozar. Pode-se assim jogar a filha pela janela, matar a avó para pegar seu dinheiro e fumar *crack*, ou matar os pais para roubá-los e ir ao motel...

* Médico psiquiatra, psicanalista, A.M.E. da Escola Brasileira de Psicanálise/ AMP. Atual Presidente da EBP.

Talvez a frase contemporânea em ascensão seja: “não me incomode, não me encha o saco... eu não quero saber de nada... a não ser gozar... vamos nessa?” Como o caso de um famoso jogador de futebol, pobre menino rico, é um exemplo do contemporâneo bem sucedido...

Formalizemos para economizar palavras. Primeiro, o mundo contemporâneo mudou de mestre. Do antigo mestre dos ideais para o mestre contemporâneo do mais de gozar. Segundo, presenciamos as consequências de um discurso capitalista, que tem como seu motor o discurso da ciência e da tecnologia, ligado e a funcionar 24h por dia para produzir os objetos de consumo, de mais de gozar. O sujeito é levado a uma situação de objeto consumido, mais de gozado por esse discurso e sua lógica de consumo perversa que anuncia, vende o anúncio de uma possibilidade plena (impossível) de ser feliz, levando o sujeito consumidor a terminar como um objeto resto, dejetos social, totalmente consumido por esse discurso.

Com Jacques-Alain Miller, falamos hoje de uma “mutação ontológica” do ser. O discurso do mestre contemporâneo (discurso capitalista/discurso da ciência), quantificador, avaliador e generalizador dos modos de gozar, representa um saber que faz do número a garantia do ser. A existência das coisas, das pessoas e sua credibilidade passam pela quantificação. O desempenho escolar, sexual, amoroso, profissional, a atenção, a memória, a saúde. Tudo é avaliado e quantificado. Será que atualmente a eficácia e o desempenho de um juiz não passam pelo número de processos julgados? A questão é que tudo isso faz parte de um discurso que se apresenta como sem furos, científico. Um discurso capitalista travestido de discurso científico; furo de saber igual a zero... Mas o científico mente. Por exemplo: o editor do famoso, rigoroso e referência no campo médico *The British Journal of medicine* pede moratória da publicação de artigos médicos por estarem contaminados pela indústria farmacêutica.

Lembro-me bem de meus primeiros encontros com os magistrados do trabalho na Escola Judicial quando centrei minhas intervenções sobre a questão da Autoridade nos três registros (real, simbólico e imaginário) e sobre o corpo, o empréstimo que o corpo faz ao fenômeno da transferência enquanto suposto saber no exercício da magistratura nas audiências. No caso, enquanto autoridade suposta saber a sentença justa. Mas a justiça só pode existir enquanto injusta. A ideia do Justo nos remete à ideia de Deus, à exceção. O Justo é aquele que falta à humanidade injusta e ao código jurídico. É mais uma peneira do que uma superfície sem furos; tal como a linguística, com todos os furos da linguagem.

Os juízes me relatavam o sofrimento corporal, o cansaço, as dores, a exaustão, a depressão; corpos em sofrimento. Mas sabemos que um juiz não pode ser um ato sem o corpo. O discurso capitalista pode e ali coloca o escravo, o corpo do escravo. Na magistratura, o juiz é ele mesmo o escravo ideal do código jurídico e trabalha com o corpo para a satisfação do Outro, do Código Jurídico, atravessado em suas brechas, seus furos, pelo político. Existe uma perversão interna no exercício do ato jurídico e torna-se cada vez mais comum juízes no banco dos réus. É a queda dos semblantes.

Segundo ponto a ser ressaltado: há um sujeito do inconsciente no juiz. Judith nos mostra isso em seu texto, a partir de uma casuística ao redor das audiências, onde, em situações diversas, o sujeito do inconsciente aparece no magistrado, em seu corpo, naquilo que podemos dizer *fa/asser (parlêtre)*. É o que vemos em certas

audiências, quando o juiz responde através de sua subjetividade, em ato, enquanto igual, humano, rompendo e desvestindo-se de seu semblante, de sua toga; fora do código jurídico. Temos aí então uma situação onde dois sujeitos emergem, o juiz e o trabalhador reclamante. Contudo, são ambos reclamantes, trabalhadores.

Nesse ponto, encontramos o texto de René Fiori: O suicídio programado do sujeito. Trata-se do sujeito do inconsciente, que caminha, fantasmaticamente, como um objeto ao saber do Outro. O princípio da organização do trabalho... Estou de acordo. Orgulhoso de ser o objeto aparentemente desejado, reconhecido pelos seus esforços, amado, apesar de segregado, não pode emergir enquanto sujeito da diferença, na sua singularidade, somente enquanto um objeto padrão. Funcionário padrão, escandalosamente mostrado ao olhar do Outro social, sorridente. Escravo padrão do mestre capitalista, seu grande gigolô... Explorador de sua mais valia no trabalho.

Lembramos de Charles Chaplin em *Tempos modernos* que trabalha como se fosse uma peça numa engrenagem produtiva capitalista, como um robô, um objeto programado pelo saber do patrão, de sua indústria. Sem voz, sujeito morto. Como nos diz René Fiori, comandado por mensagens negativas, por palavras de ordem. Significantes intoxicantes do laço social trabalhista. O insuportável mal-estar do trabalhador não raro o leva a passagens ao ato, como tentativa de alívio, através da ruptura radical com sua posição no trabalho, com sua própria vida. A France Télécom nos traz exemplos disso.

Judith cita em seu trabalho um caso de um jovem que se suicida após não suportar as pressões do trabalho no trabalho. Para Lacan, o suicídio, a passagem ao ato suicida é uma solução, inicialmente descrita nas psicoses. Na época, ele nos trouxe o conceito de Kakon, que diz de um mal-estar, um sofrimento localizado no corpo, a desgraça no corpo, que faz com que o sujeito golpeie a si mesmo ou ao outro, mas, quando o faz ao seu semelhante, não sabe que golpeia intimamente o mais íntimo do seu ser. Assim, a tentativa de suicídio ou o próprio suicídio quando exitoso não seria mais do que uma tentativa de “mutação subjetiva” em busca de um “alívio afetivo”, de um menos de mal-estar ou sofrimento localizado ao nível do corpo. “Mutação subjetiva” aqui se refere à tentativa de saída, de soluço, de mudança da posi o de objeto em sofrimento para a posi o de sujeito desejante, fora da posi o de objeto gozado pelo saber do Outro empresarial.

Poderíamos falar hoje de uma generaliza o dessa soluço como consequência da incidência massacrante e mortífera do mestre contemporâneo?

Vivemos em um mundo onde sintomas contemporâneos como síndrome de pânico, depressão e *stress* são a t nica. Não sem tocar o corpo, como nos aponta René. O problema   que, se o suicídio do indivíduo na tentativa de um alívio afetivo de seu mal-estar acontece como uma soluço para o sujeito do inconsciente objetificado, essa objetifica o do sujeito   também uma soluço para as empresas que, por visarem   produ o,   eficácia e ao lucro, exploram o trabalhador através da mais-valia e não abrem mão de uma organiza o empresarial que o mantenha alienado de sua condi o de sujeito, enquanto objeto. Interessam   empresa sujeitos anestesiados e intoxicados pelos seus significantes existentes no laço social trabalhista, sujeitos reduzidos   sua dimensão de objeto, apesar de o empregador muitas vezes se apresentar como aquele que se preocupa com a saúde física e psíquica do trabalhador, haja vista a promo o de cursos, encontros sociais etc.

Esses elementos são apenas semblantes, molduras de um quadro mortífero, que, conforme o trabalho de René Fiori, estão postos de saída: o suicídio programado do sujeito, do sujeito do inconsciente (não confundir com a pessoa, com o indivíduo). Trata-se da subjetividade em jogo, do sujeito do inconsciente como princípio organizador do trabalho. Uma estrutura lógica de funcionamento que comanda, de forma que temos uma situação crucial que, a meu ver, encontra um tipo de saída, de solução, deixada por mim em suspenso quando me referi ao trabalho de Judith: o sujeito vai aparecer, encarnado pelo trabalhador, nas demandas ao jurídico trabalhista para, a partir da fala que faz emergir algo de sua história e de sua singularidade, obter um pouco do dinheiro que lhe foi extorquido pela mais-valia. Com isso, quer também barrar o gozo do Outro que o explora como objeto.

Assim, encontramos uma sobrecarga, nunca vista na civilização, do discurso jurídico, a afetar a saúde dos profissionais que respondem em ato neste discurso, nas audiências, ou seja, os juízes. Audiências onde o semblante de autoridade não se sustenta mais como operador, "com toga ou sem toga".

O trabalho apresentado por Judith mostra-nos a resposta do sujeito às situações contemporâneas, tão bem elucidadas no texto de René Fiori.